

■ POLÍTICA

Os interesses dos empresários estão mais próximos das propostas apresentadas pelo governo

O lobby no Congresso muda de perfil

por Maria Cristina Fernandes
de Brasília

Brochuras à mão e sentado estrategicamente na cadeira mais próxima à porta da saída, José Guimarães aguarda a passagem do primeiro deputado para a abordagem.

Entediado com o depoimento do ministro das Telecomunicações, Sérgio Motta, que agitou o corredor das comissões da Câmara na última terça-feira, o deputado é ex-governador de Minas Gerais, Newton Cardoso (PMDB) avista Guimarães ao deixar a sala de comissão e vai logo dizendo: "Estou com vocês".

Aquele foi um dia de sorte para Guimarães, representante da Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Telecomunicações. Sete, de cada dez deputados que aborda na comissão especial que analisa a emenda do governo para a flexibilização das Telecomunicações, estão do "lado de lá".

A proporção, de acordo com as consultorias políticas de Brasília que acompanham a tramitação das propostas de emenda constitucional, se repete nas demais comissões — Petróleo, Gás Canalizado, Empresa Racional e Navegação de Cabotagem.

É nessa conjuntura, distinta da revisão constitucional de 1993 e, ainda mais radicalmente, da Constituinte de 1988, que se pode compreender a atuação mais discreta dos lobbies na reforma constitucional.

"Com um governo e um Congresso pró-reforma, os lobbies empresariais têm uma atuação que se diferencia da Constituinte de 1988 e da revisão do ano passado", diz o consultor Murillo Aragão, autor de "Grupos de Pressão no Congresso Nacional".

Dos três presidentes que governaram o Brasil durante

processos constitucionais — José Sarney (1988) e Itamar Franco (1993) — Fernando Henrique Cardoso é, de longe, o mais empenhado na mudança da Carta. Pela primeira vez desde 1988, os rótulos "pró-governo" e "pró-reforma" significam a mesma coisa para o lobby empresarial.

Ter o governo e, em menor proporção, o Congresso do mesmo lado, mudou o perfil de atuação do lobby empresarial, mas não o enfraqueceu. Fortes, mas desarticulados entre si em 1988, os empresários reuniram-se no movimento chamado "ação empresarial" sob o comando da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A CNI está para a reforma constitucional como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) esteve

para a Constituinte e para a revisão. É o mesmo Mario Amato, o antigo dirigente da federação paulista, que está hoje no comando da Confederação Nacional da Indústria.

O reflexo mais nítido da atuação da CNI na reforma pode ser medido pelos depoimentos nas comissões especiais. A entidade foi a única a ser convidada três vezes para os depoimentos das audiências públicas nas comissões.

Numa delas, quando o diretor da CNI, Antônio Sarmento, compareceu à Comissão Especial do Petróleo; a FIESP, que também tinha sido convidada a mandar um representante, esteve ausente.

Nessas comissões, a parceria entre o governo e os empresários na movimentação pró-reforma ficou clara. Durante a revisão constitucional no governo Itamar Franco, os

presidentes e diretores de estatais visitavam o Congresso como as tropas de choque dos "contra" e patrocinavam abertamente campanhas institucionais em defesa dos monopólios estatais.

Neste ano, sem mais poder contar com suas diretorias na linha de frente dos "contras" as estatais passaram a depender mais efetivamente dos seus sindicatos trabalhistas — esses, sem dúvida, os lobistas com mais horas de corredores e comissões de toda a reforma.

Do outro lado estão os representantes do governo que, juntamente com os lobes empresariais, dominam os depoimentos nas comissões. Durante as três semanas em que as comissões especiais colheram depoimentos em suas audiências públicas, pelo menos seis ministros fo-

ram chamados a dar seu depoimento reformista nas comissões.

Uma das poucas entidades a ter uma sede em Brasília, a CNI ocupou rapidamente os espaços de articulação política no Congresso como representante não apenas de setores industriais, mas de sindicatos patronais de agricultura, comércio e do mercado financeiro.

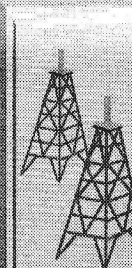
O perfil dos filiados ao "Legisdata" — um sistema "on line" com informações sobre o Legislativo — é um retrato dos tentáculos da Confederação da Indústria. São mais de cinquenta entidades filiadas, entre elas a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Federação Nacional dos Bancos (Febraban), a Associação de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, além da FIESP e de todas as federações industriais dos estados.

Para manter o Legisdata atualizado com a ordem do dia do Congresso entra em campo a ponta de lança do lobby empresarial — uma meia dúzia de assessores que percorrem os gabinetes e comissões em busca de informações para abastecer o sistema.

No gabinete do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), a entidade tem um porto seguro na Casa. Bezerra é o candidato oficial à sucessão de Mario Amato na presidência da CNI.

É de lá que se articula o lobby cujo lema é o oposto da movimentação dos sindicatos do Congresso. Quanto menos barulho, melhor. O verdadeiro lobista de empresa não anda perambulando pelas comissões. Marca audiências, jantares e circula com discrição. "Não abordamos ninguém nos corredores", diz Geraldo Seabra, assessor da CNI.

Quem influencia as comissões

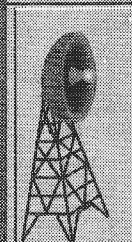


Petróleo

Hanyo Barreto, sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
Fernando Leite Siqueira, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Antônio Sarmento, Confederação Nacional da Indústria
Joel Mendes Rennó, presidente da Petrobrás
Raimundo Britto, Ministro das Minas e Energia
Omar Carneiro da Cunha, ex-presidente da Shell
Aureliano Chaves, ex-ministro das Minas e Energia
Ozires Silva, ex-ministro das Minas e Energia
Benedito Moreira, ex-presidente da Petrobrás
Luiz Octávio da Mota Veiga, ex-presidente da Petrobrás

Gás

Fernando Siqueira, ex-presidente da associação dos Engenheiros da Petrobrás
Bruno Armbrust, ex-presidente da Companhia Estadual de Gás-RJ
Robert Gross, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Gás
Raimundo Britto, ministro das Minas e Energia
Isda Correia Gomes, Congás

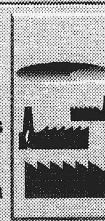


Telecomunicações

Sérgio Motta, ministro das Telecomunicações
Carlos de Paiva Lopes, ex-presidente da Embratel
Gaspar Diana, assessor jurídico da Embratel
Brígido Roland Ramos, Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Telecomunicações
Marcio Wholers, Unicap
Renato Archer, ex-presidente da Embratel
Osmar Correia Junior, presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico
José Serra, ministro de Planejamento

Empresa Nacional

Laerte Setubal, Federação das Indústrias de São Paulo
John Main, Câmara Americana do Comércio
Antônio Fernandes Neto, Confederação Geral dos Trabalhadores
Nelson Brasil, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina
Antônio Sodré Filho, Professor de Direito Civil das Faculdades Metropolitanas Unidas (SP)
Elmer Prata Salomão, Departamento Nacional da Produção Mineral
Aimirante Gama e Silva, ex-presidente do grupo Executivo para a Amazônia
José Serra, ministro do Planejamento



Navegação e Cabotagem

Sérgio Henrique Cavalcanti Salomão, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima
Caio Luiz de Carvalho, presidente de Empresas Brasileira de Turismo
Wagner Cardoso, Confederação Nacional da Indústria
Severino Almeida Filho, diretor-presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Navegação de Práticos de Portos da Marinha Mercante
Odacir Klein, Ministro dos Transportes
Abelardo Whickam Fernandes, Presidente da Federação Nacional dos Estivadores
Luiz Eulálio Vidigal Filho, Confederação Nacional da Indústria
Juan Clinton Lerena, Conselheiro da Companhia de Docas de Imbituba/SC
Mauro César Rodrigues Pereira, Ministro da Marinha
Wagner Granja Victor, Clube de Engenharia-RJ
Washington Barbeito, presidente da Transroll Navegação
Carlos Frisoli, presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários
Francisco Wlasek, diretor da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem
Manoel Silva Rodrigues, superintendente da Suframa